**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro
realizada em 10 de julho de 2014**

----- Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e catorze, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões da Câmara Municipal, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal: o Presidente da Câmara Municipal, Dr. Joaquim José Cracel Viana, e os Vereadores Dr. Luís António de Sousa Teixeira, Dr.^a Liliana Clementina Machado de Sousa, Dr. António José Ferreira Afonso e Dr. António Manuel da Cunha Martins. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas quinze horas e dez minutos. No início da reunião, procedeu-se à leitura da ata da reunião anterior que, colocada à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- No período de “Antes da Ordem do Dia”, o Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por agradecer a disponibilidade dos Srs. Vereadores na alteração da hora desta reunião, do período da manhã para o período da tarde, o que lhe permitiu estar presente, durante a manhã e na sede da ANMP em Coimbra, na reunião dos Municípios com Áreas Protegidas que contou com a presença do Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza. A propósito, o Sr. Presidente prestou algumas informações sobre os assuntos dessa reunião, salientando as reivindicações dos Municípios com áreas protegidas quanto à necessidade de alteração dos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas (POAP), ao modelo de gestão das áreas protegidas e ao financiamento das áreas protegidas no âmbito dos fundos comunitários (Portugal 2020). -----

----- Em seguida, o Sr. Presidente referiu-se à sessão da Assembleia Municipal que decorreu no dia 27 de junho, no Núcleo Museológico do Campo do Gerês, focando a discussão aberta e democrática nas intervenções do período de “antes da ordem do dia” e dos pontos da ordem de trabalhos. -----

----- Posteriormente, o Sr. Presidente abordou a I Feira do Cabrito Biológico da Serra do Gerês, que decorreu na sede do Concelho, nos dias 28 e 29 de junho, começando por enaltecer e agradecer a presença do Sr. Secretário de Estado da Alimentação e da Investigação Agroalimentar, Prof. Doutor Nuno Vieira e Brito, e do Sr. Diretor do Instituto da Segurança Social de Braga, Dr. Rui Barreira, na cerimónia de abertura deste evento. Os dois dias da Feira contribuíram para a promoção da gastronomia e dos produtos locais e as atividades de animação, como o encontro de tocadores de

concertina e a “tarde quinhentista”, enriqueceram o evento e associaram-no às comemorações dos 500 anos da outorga do foral pelo Rei D. Manuel. -----

----- Prosseguindo a sua intervenção, o Sr. Presidente informou que foi inaugurado, no passado dia 28 de junho, o Trilho Interpretativo da Serra Amarela, no âmbito do Projeto de Valorização do Espaço Natural da Serra Amarela. Na inauguração estiveram presentes cerca de 30 pedestrianistas que, durante duas horas, percorreram um troço desse trilho entre Germil e Cutelo e puderam desfrutar da paisagem e da beleza natural da Serra Amarela. Ainda no âmbito do mesmo projeto, o Sr. Presidente informou que a construção do Centro Interpretativo da Serra Amarela e da Albufeira de Vilarinho da Furna está praticamente concluída e em breve será realizada a inauguração desse espaço, para a qual serão formalizados os convites aos Srs. Vereadores, aos membros da Assembleia Municipal, aos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia e a várias entidades do concelho. -----

----- O Sr. Presidente deu ainda conhecimento da reunião de trabalho entre os cinco Municípios do Parque Nacional da Peneda-Gerês e o ICNF, realizada no passado dia 3 de julho, na Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez, que contou com a presença dos presidentes, alguns vereadores, técnicos dos cinco Municípios, diretor e técnicos das Áreas Protegidas do Norte, onde foi elaborado um Plano de Ação para a área do Parque Nacional que prevê um investimento de cerca de nove milhões de euros, com recurso a fundos comunitários. Os cinco Municípios e o ICNF estão empenhados na concretização de um Pacto de Desenvolvimento Regional e Territorial do PNPG. A apresentação pública desse “Pacto” aconteceu no dia 8 de julho, no Mezio, durante um encontro com o Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, Eng. Miguel de Castro Neto. -----

----- Terminada a sua intervenção, o Sr. Presidente deu a palavra aos senhores vereadores. -----

----- Pediu o uso da palavra o Sr. Vereador Dr. António Afonso, questionando se na reunião da Secção dos Municípios com Áreas Protegidas, que decorreu hoje de manhã, em Coimbra, foi feita alguma abordagem ao FAM (Fundo de Apoio Municipal). -----

-----Prosseguindo, o mesmo Vereador solicitou informações sobre o resultado do inquérito que o Sr. Presidente realizou no seguimento de uma carta anónima que lhe foi remetida e da qual deu conhecimento na sessão da Assembleia Municipal. Questionou também o ponto da situação referente a projetos de obras do Município que aguardam a existência de “overbooking” dos fundos comunitários, como é o caso do Parque da Vila,

sobre o qual o Sr. Presidente havia informado que até ao dia 30 de junho deste ano haveria alguma decisão. -----

----- Finalizando, o Dr. António Afonso referiu ter ficado preocupado com a informação que se encontra exposta junto à praia fluvial de Moimenta, comunicando a existência de salmonelas na água, não sendo por isso aconselhável tomar banho no local. Neste sentido, questionou o que está a ser feito pelo Município para resolver a situação. -----

----- Para responder às questões colocadas pelo Sr. Vereador Dr. António Afonso, usou da palavra o Sr. Presidente. Sobre o FAM (Fundo de Apoio Municipal), o Sr. Presidente informou que na reunião da Secção dos Municípios com Áreas Protegidas, que decorreu hoje de manhã, em Coimbra, esse assunto não foi abordado. A propósito do FAM, o Sr. Presidente referiu que o Governo tinha apresentado à Assembleia da República uma Proposta de Lei, nos termos da qual o capital do FAM seria de 650 milhões de euros, realizado em 70% pelos Municípios e em 30% pelo Estado. O prazo de realização do capital pelos Municípios era de cinco anos. Na sequência das negociações havidas entre a ANMP e o Governo, chegou-se a um acordo que prevê que o capital do FAM será subscrito em 50% pelos Municípios e em 50% pelo Estado, com o prazo de realização do capital de sete anos. O capital alocado ao FAM pelos Municípios constitui uma aplicação financeira que gerará proventos. A ANMP e o Governo acordaram ainda um conjunto de matérias importantes para os Municípios, como o compromisso do Governo de rever a atual Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, a garantia de que o processo de reorganização do setor do abastecimento de água e saneamento em curso não envolverá a privatização deste setor, a reforma da fiscalidade verde considerará incentivos à eficiência energética dos Municípios e a redução do IVA da iluminação pública e noutras atividades municipais, como os transportes escolares. -----

----- Em relação à carta anónima que lhe foi enviada, o Sr. Presidente esclareceu que a carta referia o comportamento inadequado de alguns funcionários municipais que, supostamente, passariam o tempo de trabalho a rir, a comer, a falar alto e a dizer mal das pessoas, sobretudo do Presidente da Câmara. Feita uma averiguação e uma análise ao conteúdo dessa carta, concluiu-se que não tinha qualquer fundamento. -----

----- Quanto ao projeto do Parque da Vila, que aguarda a existência ou disponibilidade de apoio financeiro dos fundos comunitários (QREN) através do Programa Operacional Regional do Norte - ON2, o Sr. Presidente informou que a data de 30 de junho para a existência de fundos em “overbooking” lhe tinha sido indicada por um membro da Comissão Diretiva do ON2, mas tal não se concretizou e, neste momento, não há

indicação de qualquer data para a divulgação de verbas em “overbooking” e das obras que poderão ser compartilhadas. -----

----- Por último, e sobre a informação de água imprópria para banhos no Rio Homem, na área da freguesia de Moimenta, o Sr. Presidente confirmou essa informação e a pronta divulgação da mesma por parte do Município. No entanto, a situação parece ser pontual uma vez que foram efetuadas contra-análises cujos resultados deram negativos e que já seguiram para a Delegação de Saúde do concelho. -----

----- Sendo 18 horas e 25 minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.-----